





DESTAQUES 11 A 15 DE JUNHO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

 **PORTARIA N.º 189/2012. D.R. N.º 115, SÉRIE I DE 2012-06-15**
Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças
Aprova os estatutos do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P., e revoga a Portaria n.º 375/2007, de 30 de Março


CONSUMIDOR

 **DECRETO-LEI N.º 119/2012. D.R. N.º 115, SÉRIE I DE 2012-06-15**
Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
Cria, no âmbito do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais, bem como a taxa de segurança alimentar mais

EMPREGO

 **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 51-A/2012. D.R. N.º 114, SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2012-06-14**
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova o Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção de Empregabilidade Jovem e Apoio às Pequenas e Médias Empresas - «Impulso Jovem»

ENERGIA

 **PORTARIA N.º 190/2012. D.R. N.º 115, SÉRIE I DE 2012-06-15**
Ministério da Economia e do Emprego
Fixa o valor mínimo do seguro obrigatório de responsabilidade civil a celebrar pelas entidades inspectoras das redes, ramais de distribuição e instalações de gás e revoga a Portaria n.º 138/2011, de 5 de abril

“Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano”

Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012; Shortlisted 2010, 2011/ Who's Who Legal Awards, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011/The Lawyer European Awards-Shortlisted, 2010, 2011

“Melhor Sociedade de Advogados no Serviço ao Cliente”

Clients Choice Award - International Law Office, 2008, 2010, 2011

“5ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa”

Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011

“Melhor Sociedade de Advocacia de negócios da Europa do Sul”

ACQ Finance Magazine, 2009

“Melhor Departamento Fiscal do Ano”

International Tax Review - Tax Awards 2006, 2008

Prémio Mind Leaders Awards™
Human Resources Suppliers 2007

FISCAL E TRIBUTÁRIO

AVISO N.º 59/2012. D.R. N.º 112, SÉRIE I DE 2012-06-11

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que foram cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e os Emirados Árabes Unidos para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Abu Dhabi, em 17 de Janeiro de 2011

DESPACHO N.º 8134/2012. D.R. N.º 114, SÉRIE II DE 2012-06-14

Ministérios da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Solidariedade e da Segurança Social - Gabinetes da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social

Aprova o requerimento de dispensa/diferimento do pagamento de contribuições referente ao apoio às explorações agrícolas situadas no continente português

PORTAL DAS FINANÇAS

Circular n.º 8/2012 - 30/05 - AT - Dedução de Prejuízos Fiscais - IRC

SAÚDE

DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO N.º 29/2012. D.R. N.º 114, SÉRIE I DE 2012-06-14

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica a [Portaria n.º 137-A/2012](#), de 11 de Maio, do Ministério da Saúde, que estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição de medicamentos, os modelos de receita médica e as condições de dispensa de medicamentos, bem como define as obrigações de informação a prestar aos utentes, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 92, de 11 de Maio de 2012

DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO N.º 30/2012. D.R. N.º 114, SÉRIE I DE 2012-06-14

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica a [Portaria n.º 178-B/2012](#), de 1 de Junho, que procede à primeira alteração à [Portaria n.º 142-B/2012](#), de 15 de Maio, que define as condições em que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) assegura os encargos com o transporte não urgente de doentes que seja instrumental à realização das prestações de saúde, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 107, 1.º suplemento, de 1 de Junho de 2012

DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO N.º 31/2012. D.R. N.º 114, SÉRIE I DE 2012-06-14

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica a [Portaria n.º 178-B/2012](#), de 1 de Junho, que procede à primeira alteração à [Portaria n.º 142-B/2012](#), de 15 de Maio, que define as condições em que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) assegura os encargos com o transporte não urgente de doentes que seja instrumental à realização das prestações de saúde, publicada no Diário da República, n.º 107, 1.ª série, 1.º suplemento, de 1 de Junho de 2012

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES – RAA

LEI ORGÂNICA N.º 2/2012. D.R. N.º 114, SÉRIE I DE 2012-06-14

Assembleia da República

Sexta alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES N.º 17/2012/A. D.R. N.º 112, SÉRIE I DE 2012-06-11

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Recomenda que o Governo da República cumpra integralmente as suas responsabilidades legais no âmbito do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES N.º 18/2012/A. D.R. N.º 113, SÉRIE I DE 2012-06-12

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Recomenda o acompanhamento do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA – RAM

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA N.º 22/2012/M. D.R. N.º 113, SÉRIE I DE 2012-06-12

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Delibera contra a extinção de freguesias

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 10/2012/M. D.R. N.º 114, SÉRIE I DE 2012-06-14

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Procede à revogação de vários diplomas que instituíram o subsídio de fixação para os profissionais de enfermagem colocados nas zonas rurais, incentivos à fixação dos médicos das carreiras de saúde pública e de clínica geral e incentivos à fixação na Região Autónoma da Madeira de médicos no Serviço Regional de Saúde


RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA N.º 24/2012/M. D.R. N.º 114, SÉRIE I DE 2012-06-14

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa


Recomenda ao Governo da República o cumprimento dos prazos de pagamento previstos pela União Europeia, do POSEI - regime específico de abastecimento. O POSEI, na sua vertente abastecimento, caracteriza-se pela isenção dos direitos de importação para os produtos provenientes de países terceiros e pela concessão de uma ajuda equivalente para os produtos provenientes da União Europeia. O objectivo é minorar o custo do afastamento e insularidade no abastecimento de produtos agrícolas essenciais não produzidos na Região.


UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

 **Regulamento Delegado (UE) n.º 486/2012 da Comissão**, de 30 de Março de 2012, que altera o Regulamento (CE) n.º 809/2004 no que respeita ao formato e ao conteúdo do prospecto, do prospecto de base, do sumário e das condições definitivas, bem como aos requisitos de divulgação - **prospectos de diferentes tipos de valores mobiliários**

 **Regulamento (UE) n.º 488/2012 da Comissão**, de 8 de Junho de 2012, que altera o Regulamento (CE) n.º 658/2007 relativo às **sanções financeiras por infracção de determinadas obrigações relacionadas com as autorizações de introdução no mercado** concedidas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 726/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho

 **Regulamento (UE) n.º 493/2012 da Comissão**, de 11 de Junho de 2012, que estabelece, em conformidade com a Directiva 2006/66/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, as **regras de execução para o cálculo dos rendimentos de reciclagem nos processos de reciclagem dos resíduos de pilhas e acumuladores**

 **Parecer do Banco Central Europeu**, de 2 de Abril de 2012, sobre uma proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1060/2009, relativo às agências de notação de risco, e ainda sobre uma proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 2009/65/CE, que coordena as **disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM)** e a Directiva 2011/61/UE relativa aos **gestores de fundos de investimento alternativos no que diz respeito à dependência excessiva relativamente às notações de risco (CON/2012/24)**

COMISSÃO

MAXIMIZAR OS BENEFÍCIOS DO MERCADO ÚNICO

Um pacote de medidas apresentado pela Comissão visa melhorar o acesso dos consumidores aos serviços noutros países da UE, promovendo assim o crescimento e o emprego.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 14 DE JUNHO DE 2012

O Conselho de Ministros aprovou, entre outros, o seguinte:

- Proposta da nova Lei de Bases do Ambiente (LBA)
- Proposta de lei que cria o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), o qual tem por objecto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) até 31 de Março de 2012
- Diploma que, transpondo uma directiva comunitária, cria as regras e os procedimentos das inspecções de placa a aeronaves de países terceiros que aterrem em aeroportos nacionais
- Aprovou, no âmbito do Ministério da Justiça, oito diplomas relativos às orgânicas de organismos
- Resolução relativa às minutas de contratos fiscais de investimento, e respectivos anexos, a celebrar pelo Estado Português e oito sociedades

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

COMUNICADO MAPA JUDICIÁRIO

Ministério da Justiça divulgou dia 15 de Junho um documento intercalar com as Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária, no qual estabelece os princípios gerais do novo Mapa Judiciário e a sua aplicação, em concreto, a cada uma das novas Comarcas.

Este documento marca o início da discussão pública com as entidades profissionais, autárquicas e da sociedade civil que a ela se queiram associar, dentro do espírito construtivo que sempre norteou a acção do Ministério da Justiça, e que terminará em finais de Julho.

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

PROPOSTA DE LEI 73/XII

Cria o Programa de Apoio à Economia Local, com o objectivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias. [\[formato PDF\]](#)
Autoria Governo

BANCO DE PORTUGAL

Boletim Mensal do BCE - Editorial de Junho

Boletim Oficial nº 6/2012 - Junho de 2012

A presente Newslettter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslettter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.
